

O fascismo genérico e o Integralismo: uma análise da Ação Integralista Brasileira à luz de recentes teorias do fascismo*

*Rafael Athaides***

Resumo. O objetivo deste artigo é esboçar as possibilidades de contato entre algumas das recentes teorias do fascismo genérico e o estudo do Integralismo brasileiro, entendido como uma permutação do fenômeno fascista na América Latina. Para tanto, o presente texto apresenta algumas interpretações do “fascismo genérico” em voga desde os anos 1990, estabelecendo o diálogo entre seus respectivos autores, para, em seguida, discutir as potencialidades de entendimento do fascismo brasileiro nos termos de tais teorias.

Palavras-chave: Fascismo genérico; Integralismo; Teorias do fascismo; Historiografia do fascismo.

Generic Fascism and Integralism: an analysis of the Brazilian Integralist Agency from the point of view of recent theories on Fascism

Abstract. Current essay narrates the possibility of contact between recent theories of generic Fascism and the study on Brazilian Integralism as a modification of the Fascist phenomenon in Latin America. Certain interpretations of generic Fascism aired in the 1990s are given. A dialogue between their respective authors is established so that Brazilian Fascism could be discussed within the context of these theories.

Keywords: Generic Fascism; Integralism; Theories on Fascism; Historiography of Fascism.

El fascismo genérico y el Integralismo: um análisis de la Acción Integralista Brasileña a la luz de teorías recientes sobre el fascismo

Resumen. El objetivo de este artículo es esbozar las posibilidades de contacto entre algunas de las recientes teorías sobre el “fascismo genérico” y el estudio del Integralismo brasileño, entendido como una permutación del fenómeno fascista en América Latina. Para ello, este texto presenta algunas

* Artigo recebido em 12/06/2014. Aprovado em 07/11/2014.

** Doutor em História pela UFPR, Curitiba/PR, Brasil. Professor adjunto do curso de História da UFMS, Três Lagoas/MS, Brasil. E-mail: rafael.athaides@gmail.com.

interpretaciones del “fascismo genérico” en voga desde la década de 1990, estableciendo un diálogo entre los respectivos autores para después discutir las potencialidades de entendimiento del fascismo brasileño en los términos de tales teorías.

Palabras Clave: Fascismo Genérico; Integralismo; Teorías del Fascismo; Historiografía del fascismo.

Introdução

No prefácio à segunda edição da obra clássica do cientista político, Hégio Trindade, *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*, o especialista em regimes totalitários e autoritários da Universidade de Yale, professor Juan Linz, alertava para o fato de que todos os estudos dirigidos aos fascismos até então “[ignoravam] o fascismo na América Latina” (1979, p. viii). Não restam dúvidas de que, entre 1979 e o presente, esse quadro sofreu alterações. Não obstante, no que tange a alguns importantes e atuais trabalhos teóricos sobre o fenômeno fascista, os latino-americanos foram postos de lado, ou ganharam pífias observações.

Tal constatação, no entanto, não deve desobrigar os historiadores da AIB – os quais têm se multiplicado nas academias brasileiras nos últimos 20 anos – de atentarem para os aportes teóricos desses trabalhos, porquanto, trata-se de pesquisas cujo fôlego empírico e teórico resultou em refinamentos conceituais inegáveis. Ademais, o fato de voltarmos a refletir sobre a velha questão dos critérios de inclusão da AIB no conceito de fascismo se reveste de importância crucial, na medida em que insere o debate no campo conceitual da história.¹ À luz das teorias do fascismo que serão aqui discutidas, oriundas predominantemente do campo da história, a AIB nunca foi densamente

¹ Os debates nacionais sobre a validade do uso do conceito de fascismo para o integralismo, nos anos 1970 e 1980, não tiveram a disciplina histórica como palco, mas a filosofia, a ciência política e a sociologia.

iluminada. Em outros termos, concordemos ou não, a inserção do integralismo no rol de fascismos ainda está restrita a um importante estudo clássico feito no campo da ciência política, naquela mesma década. Não se trata aqui de uma tentativa de superar o legado de Héglio Trindade, mas de propor novos olhares historiográficos que, de uma forma ou de outra, ainda concordam com sua premissa.

Nesse ponto, já deve estar claro que caberá a este artigo tentar sugerir as possíveis imbricações entre os teóricos do dito fascismo genérico e o objeto ‘doméstico’, a Ação Integralista Brasileira. Ocupar-nos-emos, a princípio, em elencar algumas interpretações do fascismo genérico predominantes ou amplamente discutidas desde os anos 1990, estabelecendo o diálogo entre seus respectivos autores; em seguida, levantaremos algumas potencialidades de entendimento do fascismo brasileiro nos termos de tais teorias.

Teorias do fascismo genérico

Do ponto de vista da literatura histórica, as interpretações do fascismo apresentam, *grosso modo*, dupla tipologia: por um lado, encontram-se *abordagens que singularizam o fenômeno*, quer restringindo-o ao ascismo original, com letra maiúscula, de Benito Mussolini, quer enfatizando o caráter único de outros movimentos com seus próprios nomes, não entendidos como variantes de um tronco comum (como é o caso dos teóricos do *Sonderweg* alemães). Para essa última perspectiva, a aplicabilidade de um conceito geral para abarcar a rica gama de movimentos semelhantes se constitui em exercício heurístico infrutífero, uma vez que as disparidades – sobretudo em relação ao nacional-socialismo – inviabilizariam as aproximações.

Por outro lado, a maioria dos teóricos prefere as abordagens que *ampliam o conceito a todos os movimentos semelhantes* que surgiram pelo globo

entre os anos 1910 e 1940.² A partir dessa matriz, o fenômeno ganhou o apelido de *fascismo genérico* e tem fomentado inúmeros estudos comparativos, na procura de uma ‘fórmula’ mínima para tornar a definição operacionalizável. Não obstante, mesmo dentro desse aparente consenso sobre o ‘genérico’, a essência do fascismo permanece aberta a amplo e acirrado debate, a ponto de podermos afirmar que nos últimos tempos houve certo “regresso ao fascismo”, suscitado por novos e originais estudos (PINTO, 2006).

A partir dos anos 1970, na fase que o historiador britânico, Roger Griffin, denominou de “adolescência” dos estudos comparativos do fascismo, surgiu uma série de trabalhos, com conceituações fundamentadas em densos estudos empíricos (2002, p. 22). Tais estudos gravitavam em torno de um modelo que via os fascismos como “supostas variantes de um fenômeno genérico, na melhor das hipóteses caracterizadas por uma frouxa ‘tipologia’ definida como um *check-list* discursivo de características” (2002, p. 22).

Uma das mais eruditas e abrangentes conceituações desse período é a do historiador norte-americano, Stanley George Payne, refinada e ampliada em obra dos anos 1990. De acordo com o autor, uma caracterização político-ideológica operacional do fascismo requer a divisão em três instâncias: ideologia e objetivos, negações dos fascismos e estilo e organização. Em cada uma delas, meia dúzia de elementos conformam um gabarito ou um *check-list* fascista (PAYNE, 1995).

² Em 1983, o renomado Dicionário de Política de Norberto Bobbio, no verbete ‘fascismo’, asseverava: “Nesta última aceção [teorias generalizantes], o termo Fascismo assumiu contornos tão indefinidos, que se tornou difícil sua utilização com propósitos científicos. Por isso, *vem-se acentuando cada vez mais a tendência de restringir seu uso apenas ao Fascismo histórico*, cuja história se desenrola na Europa entre os anos 1919 e 1945 e que está essencial e especificamente representado no Fascismo italiano e no nacional-socialismo alemão” (SACCOMANI, 1998, p. 166, grifo nosso). O diagnóstico feito em 1983 se mostrou falho. Ao contrário, hoje prevalecem academicamente às explicações que enxergam o fascismo como um fenômeno político teoricamente autônomo e extensível a movimentos semelhantes, que nasceram sob determinadas condições, espalhados pelos mais diferentes países.

Ideologicamente, sustenta Payne, os fascismos propugnavam “uma filosofia idealista, vitalista e voluntarista, geralmente envolvendo a tentativa de realizar uma nova cultura moderna, autodeterminada e secular” (1995, p. 7); ao mesmo tempo ambicionavam a criação de um Estado nacionalista autoritário “não baseado em princípios tradicionais ou modelos”, no qual se poria em prática uma “estrutura econômica nacional controlada, multiclassista [e] integrada” (1995, p. 7). Os fascismos negavam o liberalismo (em sentido amplo), o comunismo e o conservadorismo, apesar de “estarem dispostos a fazer alianças temporárias com outros setores, comumente com a direita” (1995, p. 7). O estilo e a organização fascistas se distinguem em cinco pontos:

[1] tentativa de mobilização de massas e militarização das relações políticas e do estilo, objetivando instaurar uma milícia do partido de massas; [2] ênfase na estrutura estética unitiva, símbolos e liturgia política, acentuando os aspectos emocionais e místicos; [3] extrema acentuação no princípio masculino e sua dominação, ao mesmo tempo defendendo uma forte visão orgânica da sociedade; [4] exaltação da juventude acima de outras fases da vida, enfatizando o conflito de gerações, ao menos para efetivar a transformação política inicial; [5] específica tendência para um autoritário, carismático e pessoal estilo de comando, mesmo que o comando seja, em certa medida, inicialmente eletivo (PAYNE, 1995, p. 7).

A conclusão de Payne sobre o fenômeno é abrangente:

o fascismo, foi a forma mais revolucionária do nacionalismo na Europa até aquele momento da história e era caracterizado por sua cultura do idealismo filosófico, força de vontade, vitalismo e misticismo, e seu conceito moralista da violência terapêutica, fortemente identificado com os valores militares, agressividade externa e império (1995, p. 487-488).

De modo semelhante, Juan Linz, do campo da sociologia, foi ainda mais abrangente na tentativa de estabelecer o que denominou de “definição tipológica multidimensional” (1976, p. 12). Em parágrafo de tirar o fôlego, Linz tencionou abraçar quase todas as camisas coloridas com a seguinte aceção:

Nós definimos fascismo como movimento hipernacionalista, em geral pan-nacionalista, antiparlamentarista, antiliberal, anticomunista, populista e, por isso, antiproletário, até certo ponto anticapitalista a antiburguês, anticlerical ou ao menos, não-clerical, com o objetivo de alcançar a integração social nacional, por intermédio de um partido único e da representação corporativa, elementos nem sempre enfatizados de forma igual; detentor de um distintivo estilo e retórica, baseava-se em ativos quadros dispostos a ação violenta, combinada com a participação eleitoral para chegar ao poder com fins totalitários, por meio de uma combinação de táticas legais e violentas (1976, p. 12-13).

Nos estudos que podemos considerar recentes, procedeu-se um abandono dos esquemáticos *check-lists*, ao mesmo tempo em que se buscou um núcleo autônomo conceitual onde residiria a natureza do fascismo. Em alguns casos, tal procura serviu de palco para carcomida e pulsante luta historiográfica entre as ‘dimensões da realidade’ – embora seus guerreiros mais proeminentes recusassem retoricamente os determinismos. Os embates mais acirrados se deram em torno da ‘virada cultural’, que chegou ao ponto de promover a ideia de consenso sobre “a primazia da cultura” (GRIFFIN, 2002) nos estudos do fascismo genérico em países anglo-saxões – por alguns historiadores, considerada prematura (FELDMAN, 2008).

Roger Griffin é o maior defensor do conceito de fascismo enquanto “gênero de ideologia política” (1991, p. 26). Suas definições, ao contrário da ideia do *check-list*, centram-se na busca de uma essência para os movimentos fascistas:

Usado genericamente, fascismo é um termo para um singularmente proteiforme gênero da política moderna inspirado pela convicção de que um processo de total renascimento político, social e cultural (palingenesia) se tornou essencial para pôr um fim a um prolongado período de decadência, expressando-se ideologicamente em formas revolucionárias de um nacionalismo (ultra-nacionalismo) (GRIFFIN, 2003, p. 231-232).

O autor defende a construção de um tipo ideal (weberiano) de fascismo adaptável aos mais diversos movimentos, um ‘mínimo fascista’, cujo núcleo se encontra em elemento singular da ideologia. Em Griffin, a natureza

do fascismo está na sustentação de uma cultura política revolucionária, cuja pedra fundamental é os mitos palingénéticos (ou de renascimento fenixiano) da nação, embebidos na história e na cultura dos países nos quais os movimentos cresceram. O culto ultranacionalista popular aos mitos de renascimento da nação, baseado em uma liturgia ritualística, postula o autor, também fez do fascismo uma religião política. Em sua definição mais aprimorada, Griffin sustenta que o fascismo é uma

forma revolucionária de nacionalismo inclinada à mobilização de todas as energias sociais e políticas “saudáveis” para resistir ao ataque da “decadência”, de modo a atingir a meta de renascimento nacional, um projeto que envolve a regeneração (palingenesia), tanto da cultura política e social, quanto da cultura ética que as sustenta (GRIFFIN; FELDMANN, 2004, p. 6).

Essa cultura também expressava de forma constante as inquietações sociais com a *decadência* geral das sociedades, afogadas no bojo das racionalidades iluministas e seus desdobramentos políticos, sociais e culturais.

A reação anti-iluminista, como elemento fundamental da síntese fascista e, portanto, da sua natureza é defendida pelo historiador israelense Zeev Sternhell, para quem o “*fascismo, antes de converterse en fuerza política, fue um fenómeno cultural*” muito mais amplo, dentro do qual é apenas uma “*manifestación extrema*” (1994, p. 1). Assim, para o autor, o núcleo do fascismo deve ser procurado numa reação intelectual de recusa aos pressupostos da ilustração, ocorrida entre fins do século XIX e início do século XX, que encontra em Nietzsche apenas uma de suas expressões e em Heidegger, o seu corolário. O “ataque global” à cultura política rousseauna se processou por meio de uma rejeição primordial ao *materialismo* e seus desdobramentos: a ‘sociedade dos indivíduos’ (ou do contrato social), a democracia liberal e o marxismo. Entendido, portanto, como produto de um fenômeno cultural amplo, o fascismo não foi um ‘intervalo’, ou um “surto descivilizador” (ELIAS, 1997, p.

15) específico de uma etnia, foi antes “*parte integral de la historia de la cultura europea*” (STERNHELL, 1994, p. 2).

A partir dessa premissa, Sternhell enxerga o nascimento do fenômeno a partir de uma *revisão antimaterialista e antirracionalista do marxismo*, que intentava fundar uma nova cultura política,

una cultura política comunitaria, antiindividualista y antirracionalista, basada – en una primera fase – en el repudio de la herencia de la Ilustración y de la Revolución francesa y – en una segunda fase – en la construcción de una solución de recambio total, de un marco intelectual, moral y político, único capaz de garantizar la perennidad de una colectividad humana en la que se integrarían perfectamente todas las capas y todas las clases de la sociedad (1994, p. 7).

O espólio da incursão fascista à teoria marxista foi unicamente a crença na violência como motor da intervenção humana na história, uma “heresia socialista”, como prefere o historiador norte-americano, Robert Owen Paxton (2007, p. 73). Em suas raízes ideológicas e recrutamento inicial, portanto, o fascismo deriva de uma corrente revisionista minoritária no interior do marxismo europeu ocidental, em princípios do século XX, que pode ser denominada de *revisionismo revolucionário*, por oposição ao *revisionismo liberal-democrático ou reformista* da socialdemocracia alemã. Os integrantes do primeiro grupo mantiveram sempre acesa a chama da revolução, vista como uma guerra necessária contra o mundo burguês e se levantaram em franca oposição aos marxistas ‘rendidos’ ao *Bersteindebatte*, de fins do século XIX. Dessa forma, os revisionistas revolucionários franco-italianos, sob forte influência de Georges Sorel,³ se apropriaram de um Marx particular, o

³ Georges Sorel (1847-1922) foi um teórico francês do Sindicalismo Revolucionário, alheio à academia, cujas ideias inspiraram Mussolini desde o período em que este cerrava fileiras naquele movimento. Defendia a greve de massas como instrumento revolucionário e a violência como momento máximo da política. No seu entendimento, as nações europeias tinham que sair do torpor do humanismo e se entregar às profundezas da alma e do mito, a uma revolução espiritual e moral.

‘sociólogo da violência’, e o puseram em confronto com o século das luzes (STERNHELL, 1994, p. 27-29).⁴

Tal proposta de revolução pressupunha a manutenção intocada de princípios básicos do capitalismo, um fosso que separava diametralmente Sorel de quase todos os marxistas a ele contemporâneos: depois da revolução não haveria nada para substituir o capitalismo (STERNHELL, 1994). Trata-se do surgimento de um tipo particular de movimento: nacionalista, capitalista, ‘irracionalista’, violento e antidemocrático. Em suma, o revisionismo revolucionário fundamentava-se em três elementos: 1) a adequação da revolução às leis da economia de mercado; 2) a elaboração de “catalizadores” psicológicos, ou mitos sociais, criadores simbólicos da cisão material (cujo advento profetizado por Marx não ocorreu), que impunham a violência revolucionária redentora e 3) a destruição da democracia partidária (STERNHELL, 1994).

A passagem dessas concepções do revisionismo revolucionário para o fascismo se deu pela substituição do operariado pela *nação*, sob a instrumentalização de um *nacionalismo tribal* orgânico, que pressupunha a substituição da sociedade do contrato entre indivíduos, advinda da Revolução Francesa, por uma estrutura societária orgânica, comparada a um organismo vivo, cujas partes deveriam colaborar harmonicamente.⁵

⁴ Segundo Arendt, Sorel, Pareto e outros ‘teóricos da violência’ glorificavam-na por ela mesma, “motivados por um ódio mais profundo contra a sociedade burguesa e conduzidos a uma ruptura muito mais radical com os padrões morais dela do que a esquerda convencional, que era principalmente inspirada pela compaixão e por um ardente desejo de justiça” (2010, p. 84).

⁵ Cabe apontar, ainda, sobre a posição conceitual de Sternhell, a exclusão do nacional-socialismo do rol de fascismos, em virtude do determinismo e racismo biológicos presentes na ideologia nazista. Esse aspecto, que singularizava o movimento alemão, não entra, na concepção do historiador israelense, na lista de exigências para que um movimento possa se caracterizar como fascista (1994, p. 4-5). Por entender o fascismo como resultado de uma corrente cultural embebida em posições políticas e culturais a ele anteriores, o racismo biológico embasado em uma ciência darwiniana-social não encontraria expoentes comparáveis em outros países da Europa. O fascismo, nas palavras de Sternhell, em carta a Roger Griffin, “estava em guerra contra a Ilustração; o nazismo, contra a humanidade” (GRIFFIN, 2004, p. 105).

Ainda que esses historiadores divirjam quanto à sua natureza (se das heresias marxistas ou dos mitos palingenéticos), tanto Sternhell, quanto Griffin entendem o fascismo como cultura política, ou um gênero de cultura política. Em posição oposta, se coloca a sociologia de Michael Mann. O sociólogo estadunidense tenta garantir à interpretação do fenômeno uma face empiricista, com ênfase nas clivagens sociais, ao mesmo tempo em que procura uma delimitação mínima do fascismo, o *minimum* fascista, tomando o cuidado de apontar as profundas similaridades entre este e outros protofascismos do século XX. *Nacionalismo orgânico*, *estatismo radical* e *paramilitarismo* são, para Mann, as palavras-chave para a construção de um conceito sólido de fascismo.

Segundo o autor, o fascismo se insere no conjunto de movimentos modernos que buscavam o fortalecimento do Estado-nação. Concorde, assim, com Sternhell sobre o fato de não ser ele uma ilha em meio aos processos da modernidade europeia; representou, com efeito, a *busca radical de uma forma particular de estatismo nacionalista*. Os fascistas uniram à ideia básica da democracia (o poder popular) a da nação orgânica, ao mesmo tempo em que levaram ao limite a questão do fortalecimento estatal, como instituição moralizante e produtora do bem-estar (econômico, social e moral). O paramilitarismo, conceito valioso para o autor, coroou a escalada rumo ao Estado-nação orgânico e uno, por meio de um movimento democrático da violência, ou seja, “vindo de baixo” (MANN, 2008, p. 12).

Para Mann, o nacionalismo fascista sustenta como características-chave a organicidade e uma preocupação constante com os inimigos dessa unidade orgânica. Sua face mais violenta despontou na Alemanha, onde o nacional-socialismo acrescentou a raça e a obsessão por pureza. Ainda que concorde com a existência ideológica do ‘renascimento fenixiano’ no nacionalismo fascista, Mann relega-o a uma adaptação retórica: a ponte entre

o discurso da “velha nação” – o Sacro Império, no caso da Alemanha, por exemplo – e a real e nova nação moderna (2008, p. 27).

Ademais, o nacionalismo fascista se considerava transcendente: encontrava-se muito além das classes e da ideia de harmonia em meio ao conflito, intrínseca às democracias liberais. “Direita”, “esquerda” e “centro” não faziam o menor sentido aos fascistas, porquanto não observavam a sociedade sob esse prisma. Isso se constata prontamente por qualquer análise sociológica dos fascismos, que saliente o fato deles terem recrutado elementos de todas as classes sociais. Queriam transcender a luta de classes, impor a luta entre as nações e a luta darwinista de raças. O fascismo não incorporava o melhor das classes, queria gerar um novo homem (MANN, 2008).

Sem dúvida, a definição-relâmpago de Mann – “a tentativa de construção de um Estado-nação transcendente e expurgado por meio do paramilitarismo” (2008, p. 26-27) – empobrece o estudo do autor e se centra mais naquilo que os fascistas almejavam (o fascismo é visto como uma “tentativa”).

De uma perspectiva oposta, Robert Paxton insistiu na necessidade de historicizar os fenômenos com base em suas experiências cotidianas, de forma a ponderar as conclusões das interpretações estritamente ideológicas, culturais e sociologizantes, à luz do vivenciamento dos movimentos. Não se trata de ‘sincretismo’, mas da introdução das noções de historicidade, processo e experiência na visualização dos fascismos.

Na tentativa de estabelecer uma “anatomia do fascismo”, Paxton explorou uma constelação de exemplos, ao mesmo tempo em que recusou explicitamente as definições apriorísticas. Parece-nos que o autor não foi feliz ao tomar de empréstimo das ciências biológicas o termo ‘anatomia’ para qualificar seu estudo, uma vez que rechaça veementemente as ‘dissecações’

que tomam o fascismo como corpo inerte. O que Paxton faz, na verdade, é uma ‘fisiologia do fascismo’.

De qualquer forma, no seu entendimento, qualquer conceituação do fenômeno requer a prévia análise do que considerou como etapas essenciais de desenvolvimento, pelas quais os diferentes movimentos fascistas passaram ou passariam (se a maioria deles não tivesse declinado por falta de terreno fértil, ou ainda, se suas tentativas de chegar ao poder não fossem ‘podadas’ em contextos específicos). Somente por esse método poder-se-á chegar a uma conceituação historicamente válida, não redutiva e processual:

As definições [correntes] são inerentemente limitantes. Delineiam um quadro estático de algo que é mais bem percebido em movimento, e mostram como “estatuária congelada” algo que é mais bem entendido se examinado como um processo. Com muita frequência, sucumbem à tentação intelectual de tomar como constitutivo o que não passam de declarações programáticas, e de identificar o fascismo mais com o que ele disse do que com o que ele fez. A procura pela definição perfeita, reduzindo o fascismo a uma sentença cada vez mais precisa, parece calar as perguntas sobre sua origem e trajetória de desenvolvimento, mais que abrir espaço para elas (PAXTON, 2007, p. 36).

O fascismo, para Paxton, é um tipo diferenciado de movimento político que requer a suspeição do historiador frente aos postulados ideológicos e à retórica. A tendência em “dar precedência aos programas significa partir do pressuposto implícito de que o fascismo era um ‘ismo’, como os demais sistemas políticos do mundo moderno: conservadorismo, liberalismo, socialismo” (2007, p. 36). Situando-se fora dos ‘ismos’ tradicionais, os programas fascistas, mesmo sendo importantes, devem ser analisados em conjunto com a práxis, haja vista sua informalidade e fluidez. Os intelectuais não forneceram programas aos fascistas (como ocorreu com o comunismo ou o liberalismo); no máximo, prepararam-lhes o terreno, solapando as bases da ilustração. As alterações programáticas se davam sem grandes preocupações teóricas.

Disso decorre que a análise pura e simples da ideologia não se mostra suficiente para entender as fases “médias do ciclo fascista”:

com vistas a se tornar um ator político importante, conquistar o poder e exercê-lo, os líderes lançaram-se à construção de alianças e a soluções de compromisso político, pondo de lado, assim, partes de seu programa e aceitando a defecção ou a marginalização de alguns de seus militantes de primeira hora (PAXTON, 2007, p. 43).

Paxton abdica da ideia fixa de procurar uma definição enciclopédica para o termo, sustentando que o *minimum* fascista é inviável, uma vez que os movimentos

são mais díspares que os demais ismos.[...] Porque rejeitam qualquer valor universal que não o êxito dos povos eleitos em sua luta darwiniana por primazia. [...] Cada movimento nacional fascista, portanto, dá expressão plena a seu próprio particularismo cultural. Diferentemente de outros ismos, não é um produto de exportação (2007, p. 44).

Enfocando as tomadas de posições dos liberais, conservadores e de outras posições políticas da época em suas relações com os fascismos, o historiador estadunidense propõe o exame das coalizões verticais, ou processuais no tempo, e horizontais, as diferentes escolhas e caminhos que os homens fizeram em locais distintos. Como “sucessão de processos e escolhas”, que envolve “a busca de seguidores, a formação de alianças, a disputa pelo poder e seu exercício”, o fascismo se desenvolveu da fase de criação a uma escolha final fundamental (a radicalização ou entropia), passando pelo enraizamento político, pela tomada do poder e o exercício do poder (PAXTON, 2007, p. 48).

Não obstante a recusa às definições monofrasais, Paxton cai na tentação ao final de sua “anatomia”. Ainda assim, o faz somente ao cabo de uma análise pormenorizada das diferenças entre os fascismos, no intuito de apreender os processos e os resultados desiguais:

o fascismo tem que ser definido como uma forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza, nas quais um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz com as elites tradicionais, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza (2007, p. 358-359).

Aqui, o fascismo aparece como uma forma de se comportar na política, que reúne também caracteres prestativos a um *check-list*, porém inseridos numa análise que vai além dos movimentos e ideologias, para alcançar os Estados fascistas e sua escolha final: a suicida radicalização (que explica, por exemplo, o genocídio aos judeus e as práticas da República de Saló) ou a entropia, a domesticação dos elementos do radicalismo totalitário.

Analizados os principais aspectos das interpretações de autores reconhecidos no estudo conceitual do fascismo, teceremos agora algumas ponderações sobre o que foi exposto até aqui. Em seguida, analisaremos as possibilidades de apreensão do integralismo de acordo com essas teorias.

Comparações e considerações teóricas: as teorias do fascismo e o Integralismo

Em alguns textos, a ‘nova’ e a ‘velha’ geração de historiadores do fascismo parecem reproduzir o conflito geracional que os próprios fascismos pregavam. No entanto, em geral, a jovem historiografia se relaciona melhor com o seu passado do que entre seus pares. ‘Culturalistas’, ‘sociologistas’ e ‘processualistas’ estão longe de entrar em consenso, embora suas premissas estejam montadas sobre uma base comum erigida pelos decanos da década de 1970, a dita ‘fase de adolescência’ dos estudos do fascismo.

Enxergamos esse debate sob um prisma que permite visualizarmos basicamente três grandes matrizes teóricas no estudo do fascismo genérico. A primeira e mais antiga é aquela que admite abraçar as características multidimensionais do fascismo, ao traçar definições abrangentes e textualmente cansativas.

A segunda, mais nova e mais combativa, diga-se de passagem, promove uma superação dialética em relação às monstruosas caracterizações multidimensionais, mas procura encontrar no fascismo a sua *essência*: aquilo que reduz a explicação do termo às palavras-chave como “estatismo paramilitar” ou “nacionalismo palingenético”. Trata-se daquilo que Francisco Falcon denominou de “substancialização do conceito” (2008, p. 11).

Os essencialistas, a bem da verdade, recusariam esse termo com ferocidade e com certa razão. Embora suas pesquisas ambicionem encontrar um *núcleo comum* para os fascismos, autores como Griffin e Mann elaboraram complexos ‘dossiês’ dos seus objetos, apenas ressaltando, um a ideologia e, o outro, as organizações ou o aparato dos movimentos, respectivamente. Em Griffin, sobretudo, a proposta de um fascismo genérico baseado em uma cultura política palingenética é muito mais inclusiva do que um rechaço a outras perspectivas de apreensão do fenômeno. Sua adoção do tipo ideal weberiano conforma um modelo que permite apenas iluminar o objeto naquilo que outros modelos podem esconder; terminantemente, sua postura é de recusa à tomada do tipo ideal como um ‘fórceps’ teórico (GRIFFIN, 2002).

Por fim, vemos a perspectiva polêmica de Robert Paxton como uma tentativa de romper os limites tanto do ‘gabaritismo multidimensional’, quando do ‘essencialismo’, ao sustentar uma espécie de ‘teoria processual’ do fascismo: somente ao cabo da observação empírica das ações dos

fascismos, em etapas possíveis de desenvolvimento, pode-se definir o que eles de fato foram.⁶

Isso posto, questionamos: como pensar o primeiro partido de massas brasileiro tendo em mente tais elucubrações? Embora tais pesquisas sejam marcadamente eurocêtricas, não se imiscuíram de mencionar os camisas-verdes de Plínio Salgado. Ensaíram, na verdade, tímidos exercícios de inserção ou exclusão da AIB em suas teorias gerais.

Dos pesquisadores citados até aqui, Roger Griffin atribuiu de forma mais confiante ao integralismo o epíteto de fascista: “de longe o mais significativo caso de fascismo na América Latina posto em relevo pelo tipo ideal que estamos usando foi a Ação Integralista Brasileira” (1991, p. 150). Ao mesmo tempo, o autor se preocupou em declarar os componentes que distanciam a AIB dos fascismos ditos miméticos (cópias baratas e sem raízes sociopolíticas): a elaborada doutrina de “defesa da brasilidade”, aliada ao antissemitismo econômico-cultural (o que preferimos denominar de antiparasitismo econômico) e a defesa de princípios cristãos (1991, p. 151).

Como uma “autêntica forma de fascismo não europeu”, Griffin encontra na filosofia da história de Plínio Salgado – a evolução das quatro eras da humanidade – o núcleo mítico palingenético do movimento: “o Brasil Integralista [atuaria] como o parteiro da Quarta Humanidade” (1991, p. 151), “onde se realize o Homem Integral penetrado do sentido profundo do Cosmo, como a Primeira Humanidade; iluminado pelo Verbo Divino,

⁶ Temos ressalvas quanto a sua real capacidade de escapar ao ‘essencialismo’ e mesmo ao ‘gabarismo’. Sem dúvida, sua definição é uma das mais complexas, entretanto, falar em “uma forma de comportamento político” no tempo, imbuída de marcas distintivas já recebe há muito tempo o nome de cultura política. Paxton parece claudicar na própria armadilha. Ademais, a constatação das mudanças de rumo dos fascistas ao tentarem se aproximar do poder dentro do sistema liberal-democrático não representa nenhuma grande novidade, até mesmo para o estudo dos partidos políticos em geral. A despeito disso, Paxton estabelece com propriedade a balança de alianças entre os componentes sociais e políticos dos anos 1920 e 1930; nisso reside sua contribuição.

como a Segunda; senhor dos elementos, como na Terceira” (SALGADO, 1955, p. 33).⁷

Por entender que o fascismo origina-se de democracias débeis, Paxton avalia que “a coisa mais próxima a um partido de massas fascista nativo da América Latina foi a Ação Integralista Brasileira” (2007, p. 314). Stanley Payne parece se empolgar com as características e o vulto da AIB, mas os considera somente protofascistas, uma vez que fora da Europa não se encontram “as condições específicas” da emergência dos fascismos ou elas “não [se] apresentam conjuntamente” (1995, p. 353). Mann não vê expurgos no nacionalismo da AIB, praticamente excluindo-o da sua conceituação, embora deixe claro que seu conceito serve somente para a Europa (2008, p. 41).

Em geral, com a exceção de Payne e Linz, esses autores aparentemente tiveram pouco contato com os trabalhos que foram produzidos no Brasil sobre a AIB a partir dos anos 1980. Por isso, muitos deles apresentam números defasados das adesões ao movimento. Paxton e Griffin, por exemplo, dão demasiada ênfase aos estudos clássicos do brasilianista Robert Levine, do início dos anos 1970. Cremos que um balanço útil do que salientamos de significativo em tais teorias do fascismo esboçadas até aqui, deva levar em conta as diferentes alternativas propostas para pensarmos os caracteres da Ação Integralista Brasileira, não em sentido sincrético, mas em uma acomodação crítica.

Juan Linz apontou com propriedade que os grupúsculos que tentaram tão somente imitar a Itália fascista e o Nazismo cresceram completamente “fora das condições histórico-sociológicas” de emergência do fenômeno, o que não é, sem dúvida, o caso da Ação Integralista Brasileira (1980, p. 153). Ele foi,

⁷ A *quarta humanidade* seria a síntese das três humanidades anteriores: a “humanidade politeísta”, anterior ao cristianismo, a “humanidade monoteísta”, do medievo, e a “humanidade ateísta” oriunda do renascimento (SALGADO, 1955, p. 33). O historiador e comandante da milícia integralista Gustavo Barroso também elaborou sua versão filosófica da história, porém enfatizando a exploração judaica em cada uma das fases (BARROSO, 1937).

incontestavelmente, um dos *late-comers* que brotou da conjuntura necessária (não suficiente) para a emergência de movimentos fascistas. Isso posto, estamos em condições, sem acoimas teóricas, de elencar alguns fatores que fazem do integralismo um movimento fascista em meio a essa historiografia, uma vez que a AIB possuía rudimentos de quase todas as formulações genéricas até aqui esboçadas.⁸

Se seguirmos o pensamento de Zeev Sternhell, constataremos que os integralistas negavam veementemente o materialismo da ilustração e seus desenvolvimentos políticos: o liberalismo (tanto em sua vertente moderada, quando a defensora do sufrágio universal) e o marxismo, entendidos como “dois irmãos gêmeos disputando a herança do século XVIII e as promessas da Revolução Francesa”, nas palavras de Miguel Reale, teórico do Estado Integral (1983a, p. 21). Para os camisas-verdes, “o socialismo não seria a antítese do capitalismo, mas o resultado natural de sua evolução, porque ambos se apoiam nas mesmas bases materialistas” (TRINDADE, 1979, p. 228); ao mesmo tempo, repudiavam o conservadorismo, o centrismo e qualquer outro tipo de ‘inação’ política.

Saindo da cúpula, um jornal regional da AIB afirmava, em 1935:

Operarios, dizem-vos os communistas, que “Deus, Patria e Familia”, já os possuís; o que necessitais, é de pão e trabalho.

Óra, que colossal absurdo! Justamente o contrario; pão e trabalho existem em abundancia por toda parte, e si não os tendes, ide pedir contas áquelles que vós repudiaram, porque acima de todos os bens humanos, collocaram o “estomago”.

É o estado materialista do século, cujos efeitos aterradores vindes sentindo, e do qual sabeis qual a ultima phase: o COMUNISMO!

⁸ Adotamos aqui uma metodologia semelhante a que Roger Griffin emprega em seu artigo clássico, “*Cruces gamadas y caminos bifurcados: las dinámicas fascistas del tercer reich*” (2002). Nossa proposição de entendermos a AIB como um fascismo é fundamentada tanto em textos da cúpula do movimento, quanto em jornais populares de divulgação da doutrina, como o *A Offensiva* (periódico nacional, publicado no Rio de Janeiro) e o *A Razão* (jornal doutrinário de cunho regional, publicado em Curitiba).

Pois bem, muito mais razão teríamos nós se disséssemos: pão e trabalho há-os para todos. O que se torna preciso é que os communistas e liberaes democratas elevem o seu espirito a um plano superior, onde a vida se mistura com a eternidade; onde haja verdade e justiça; onde não imperam esses mesquinhas expressões humanas: o egoismo, a vaidade, o interesse e a mentira, e não como pretendem, autolimitar a existência a uma humida e fria sepultura, sulcada no seio da terra, onde os vermes em festins devoram os corpos, uns a uns, como si fossem senhores absolutos do mundo... senhores da propria vida, devoradores da intelligencia... (A RAZÃO, 10 maio. 1935, p. 2, grifo nosso).

Por razões óbvias, os primeiros quadros da AIB não vieram do Sindicalismo Revolucionário soreliano, mas Plínio Salgado citava *Reflexões sobre a violência* de Sorel constantemente, de onde possivelmente extraiu a ideia da força do mito tupi como elemento mobilizador das paixões nacionais brasileiras (ROQUE, 2003). Saindo da cúpula do movimento, Héglio Trindade constatou, a partir de diversas entrevistas com ex-integralistas, que “a ideia de que o Brasil [deveria] cumprir uma missão histórica [presente no Integralismo era] mais que uma crença, [era] um mito motor no sentido soreliano” (1979, p. 255).

Na concepção pliniana, a luta de classes, “que pressupunha a completa ausência do Espírito [...] deixa de ser a ‘revolução proletária’, para ser a revolução nacional [sic]”; com essas palavras, o chefe integralista se emancipava das concepções sorelianas e ainda acrescentava: “a nossa violência não é a violência de Sorel [...]. A nossa violência deve ter um sentido do Espírito, da sua intervenção na marcha dos factos, da imposição de um novo sentido de vida” (A OFFENSIVA, 05 jul. 1934, p. 1).

Por sobre as ruínas da ilustração e por meio de uma revolução particular, a AIB almejava construir um novo homem, na medida em que entendia as crises do período como crises de civilização, muito antes de serem crises políticas ou meramente nacionais. A solução seria, indiscutivelmente, a introjeção de uma nova cultura política que, conquanto baseada em valores espirituais católicos, pretendia ser revolucionária: unir a pátria de forma

orgânica e transcendente para uma “offensiva contra uma civilização burguesa, materialista, decadente, e contra todas as forças desagregadoras da nação!” (A RAZÃO, 01 maio. 1935, p. 1).

Para tanto, já nos apropriando da teoria de Griffin, a ideologia integralista propagava enfaticamente a necessidade do *renascimento nacional*, ancorado em *mitos palingenéticos*, como a delirante crença na “Civilização Antártida” perdida, que renasceria na América Latina.

Uma Grande Marcha para um novo tipo de Civilização para a Quarta Humanidade Prophetizada por Plínio Salgado!

E esta Marcha, que é Marcha irresistível do Brasil, há de acordar a Civilização, que dorme no seio maravilhoso da Atlantida lendária!

E no Continente Sul Americano, há de despontar o esplendor eterno da Civilização Atlantida!

Galvanizados pela fé, hão de erguer com os olhos fitos numa só idéa, os Estados Integralistas Sul Americanos! (A RAZÃO, 01 maio. 1935, p. 1).

No limite, a palingenesia integralista pregava a delirante libertação econômica e cultural da nação em relação às potências estrangeiras, a *utopia autonomística*, que se inscreve na forma particular, ou na etapa principal, da palingenesia nacional. Para os camisas-verdes era incebível uma nação renascida e ainda amarrada politicamente, economicamente e culturalmente aos países hegemônicos (VASCONCELLOS, 1979).

Assim o faziam os camisas-verdes, baseando-se no primado do sentimento, do instinto e na ideia da inadaptabilidade dos padrões da racionalidade ocidental para explicar e dirigir o Brasil (VASCONCELLOS, 1979). Para Plínio Salgado, a realidade nacional não condizia com “todos os programas, todas as ideologias, tudo o que [provinha] dos planos da inteligência, do raciocínio, da razão” (SALGADO, 1955, p. 91).

Ademais, na cosmogonia de Plínio Salgado, o nascimento da denominada “Quarta Humanidade” (livre dos males do materialismo e fundada

em princípios espirituais) implicava no retorno ao um mítico passado colonial. Desse passado, emanava um “substrato espiritualista” não totalmente elidido pela vitória do capitalismo, no século XIX, e que renasceria ao grito de “Despertemos a Nação!” (ARAÚJO, 1988, p. 64-65).⁹

Se quisermos seguir os teóricos do *Check-list* quanto ao que Payne denominou de *estilo*, tão somente retiráramos o adjetivo *extremo* da ênfase no princípio da supremacia masculina. Como alguns estudos mostraram, a mulher ocupava um papel destacado e ambíguo na organização do movimento integralista, tão importante quanto seu papel social de guardiã dos valores do lar cristão.¹⁰

Acerca dos outros itens do estilo, não restam dúvidas: o integralismo mobilizou massas em amplas formações paramilitares, cujos maiores desfiles atingiram de 35 a 50 mil militantes uniformizados em marcha, sempre prontos a atuar em confrontos de rua.¹¹ O choque de gerações é discursivamente ventilado e fomentado pelo integralismo. As ofensas à ‘velha e carcomida geração’ são constantes em suas publicações mais populares:

Uma geração velha e cambaleante tenta lutar ainda num supremo e derradeiro esforço com uma geração moça que já vem despontando vitoriosa. É a luta decisiva entre duas Civilizações! Uma civilização burguesa, materialista, treme diante de uma nova Civilização heroica e formidável que se ergue nos ombros dos moços! (A RAZÃO, 17 maio. 1935, p. 1).

O princípio da liderança carismática, pessoal e autoritária também é inegável. Inclusive se explorarmos os aspectos essências do carisma, analisados

⁹ Recorrendo a teoria de Arendt, Ricardo B. Araújo mostrou como o significado de “Revolução” em Salgado carregava a noção de “retorno”, o que explica a simultaneidade das ideias de “fundação” e de “restauração” no pensamento integralista (ARAÚJO, 1988, p. 65).

¹⁰ No Integralismo, ‘o lugar’ da mulher é contraditório. Ao mesmo tempo em que é posto seu papel de ‘rainha’ do lar cristão, ela é convocada a vestir a camisa verde e ocupar os espaços públicos juntamente com os homens (POSSAS, 2004).

¹¹ Apesar dos poucos casos de violência urbana em que a AIB se envolveu, Hégio Trindade (1979) menciona a execução em praça pública de um lituano que atentou contra a vida do “Chefe Nacional”.

por Max Weber. Não podemos nos deixar seduzir pela existência de uma espécie de ‘triplo comando’ (Plínio Salgado, Miguel Reale, Gustavo Barroso), do bicameralismo (Câmara dos 40 e Câmara dos 400) e das hesitações de Salgado.

O espírito *expansionista* dos fascismos emerge no integralismo como uma conquista “do espírito e da doutrina”, como salientou Payne, uma vez que “seus membros foram cidadãos de um Estado territorialmente satisfeito” (1995, p. 346).

Bolivar, que não pode effectivar o seu sonho, como imperio de sua espada, há de se surpreender um dia, vendo Plinio Salgado, realizando-o *somente com a força de sua fé e de sua palavra!* Esta Grande Marcha traz consigo o impulso de 400 anos de sacrificios, de anseios, de inquietudes e de luctas mallogradas (A RAZÃO, 01 maio. 1935, p. 1, grifo nosso).

A AIB também manipulou com propriedade um aparato simbólico unitivo, que incluía uma ritualística própria carregada de misticismo emotivo. Esses elementos, aliados ao uso abusivo de imagens (visuais e textuais), “espelho dos dados imediatos”, que “[excluem] a reflexão” (CHAUÍ, 1978, p. 46), sacralizavam a política integralista ou faziam do movimento uma religião política (para usar o conceito adotado por Griffin).¹²

Mesmo recusando a possibilidade de encontrarmos fascismos fora da Europa, podemos refletir sobre a teoria de Mann na medida em que o conceito de *Estado Integral* em Reale, o secretário de doutrina do movimento, é uma das mais puras descrições do Estado transcendente e expurgado, acima das classes e livre das ditas ‘sanguessugas’ da nação: “o Estado é soberano, está acima das classes, sendo superior a todas elas pela força de que deve dispor e pelos fins

¹² Curioso é observar a opinião de Salgado sobre “tendência pagã do hitlerismo”. O Nazismo teria criado um estado tal de “mysticismo [...] sem base religiosa [...] misturando duas manifestações humanas diferentes do âmbito restrito do Estado [...], um mysticismo transportado do campo religioso, onde sempre deveria estar e de onde nunca deveria sair, para o campo das actividades politicas”. Trata-se até de uma explicação razoável para o conceito de religião política, mas que Plínio parece criticar pela falta “do fundamento christão”, enquanto se recusa a colocar a liturgia e a mística da AIB de frente ao espelho (A OFFENSIVA, 28 dez. 1935, p. 1).

que deve realizar” (REALE, 1983b, p. 16). A própria ênfase na *Revolução Integral*, visando à transformação última do *Estado* (muito mais presente em Reale do que em Salgado), aproxima claramente a AIB das propostas de Mussolini.

Para o estudioso mais próximo da AIB, o *paramilitarismo* violento foi uma característica marcante em toda a sua trajetória, embora fosse ‘suavizado’ em meados da década de 1930 em fundação de contingências impostas pelo governo de Getúlio Vargas. Confrontos violentos com comunistas, invariavelmente resultavam em mortes, muito embora a violência não fosse a principal tática de desmobilização do ‘inimigo comunista’, que, por sua vez, não era tão significativo quanto na Europa.

Quanto ao modelo de Paxton, por seu caráter processual e menos incisivo, abriremos aqui uma reflexão um pouco mais ampla. O integralismo nasceu sob quase todas as condições elencadas pelo historiador estadunidense e pelo sociólogo Juan Linz (a quem Paxton segue), exceto *o impacto da Primeira Guerra*. É impossível não dispensar atenção a essa característica: o ‘fator Grande Guerra’, que para a maioria desses autores tem substancial peso no entendimento da ‘brecha’ fascista, está ausente no caso do Brasil.¹³ A participação do país nela foi pífia (embora tenha engrossado o surto nacionalista interno do início do século) e o último grande conflito – talvez único pelas proporções – em que se envolvera, datava ainda do período imperial, portanto, obsoleto do ponto de vista da mobilização das massas.

De acordo com Linz, no integralismo,

o mais importante movimento fascista latino-americano e não europeu [...] existem algumas variáveis, como o impacto da Primeira Guerra Mundial, que não são aplicáveis para o entendimento de seu surgimento, mas certamente outras são

¹³ Nesse aspecto, o único candidato latino-americano a se encaixar nesse quesito seria a Bolívia, que havia perdido a Guerra do Chaco para o Paraguai, entre 1932 e 1935. Contudo, a *Falange Socialista Boliviana* e o *Movimiento Nacionalista Revolucionario* foram fundados pouco antes, ou durante a Segunda Guerra Mundial, portanto sofreram os percalços de seu impacto (PAYNE, 1995; TRINDADE, 2004).

bastante relevantes: a rebelião de Prestes (1925-1927) e a existência de um ativo Partido Comunista. O perigo da desagregação nacional oriundo do empenho seccionista regional e uma crise cultural (1980, p. 187).

Feita essa observação, cabe apontarmos que, ao contrário de outros fascismos europeus, o integralismo não teve o tempo necessário para concluir o enraizamento no sistema político nacional. Ainda que caminhasse para esse fim, digamos, por volta de 1936, tendo em vista sua ascensão e ímpeto, suas decisões e as condições políticas não lhe foram favoráveis, o que acarretou no que podemos denominar de “aborto da chegada ao poder”.¹⁴

A expressão não é gratuita, se pensarmos na linha processual de Paxton: o sistema político estava ‘prenhe’ do fascismo, sobretudo nos poucos períodos de ampliada democracia sob Getúlio Vargas. As escolhas do integralismo e a sua parca capacidade de tecer alianças entre aqueles que poderiam atrapalhar o ‘inamovível’ presidente e seu séquito abortaram a chegada ao poder.

Possui peso fundamental nesse processo tanto a presença do “ditador virtual”¹⁵ durante os anos 1930, quanto a opção de Plínio em abdicar da candidatura presidencial e apoiar o golpe do Estado Novo, em 1937. A traição de Vargas aos integralistas serviu para provar a máxima defendida por quase todos os estudiosos do fascismo:

As parcerias com regimes autoritários mostraram ser desastrosas para os movimentos fascistas. Papéis secundários não combinavam com as extravagantes pretensões fascistas de transformar seus povos e redirecionar a história (PAXTON, 2007, p. 186).

¹⁴ O termo é de Griffin (“*Abortive Fascist Movements*”), mas foi aplicado somente para alguns fascismos europeus do entre guerras (1991, p. 116-145).

¹⁵ Griffin usa o termo em significado particular, levando em conta os atos arbitrários contra a AIB que o governo Vargas promovia ou, no mínimo, era conivente durante a democracia de 1934 a 1937 (1991, p. 150).

O espaço aberto ao *late-comer* foi fechado pela ditadura autoritária e pessoal de Vargas (LINZ, 1980, p. 187). Entre a ‘cadeia, o cemitério e o poder’, como gostava de expressar seu radicalismo, Plínio Salgado preferiu o exílio em Portugal.

Em virtude disso, o integralismo só atingiu em parte o enraizamento na política nacional; em algumas localidades, como em Santa Catarina, por exemplo, cremos que atingiu níveis mais elevados, mas esteve longe de implantar a revolução fascista onde assumiu o poder. No plano geral, a AIB mediu forças com o governo Vargas e seus interventores em um processo instável, em que aproximação oportunista e repressão eram constantes durante quase toda década de 1930. Ao cabo, não assumiu o poder político do Estado brasileiro, em um momento em que decisões das lideranças políticas tiveram peso significativo. Por isso nos atemos até aqui na teoria processual de Paxton.

Por fim, além de todas essas reflexões, vale a pena observarmos, na defesa do integralismo como permutação do fascismo, aquilo que os próprios militantes falavam e pensavam sobre o ‘lugar’ ocupado pelo movimento no espectro político mundial. Isso vale, a bem da verdade, se quisermos seguir as interpretações de tendência sociológica, que se recusam construir um tipo ideal ‘abstrato’ de fascismo, atribuindo importância à “consciência [que os próprios fascistas tinham] desta relação de parentesco” (TRINDADE, 1979, p. 269).

Aqui, adotamos também a metodologia piramidal. Gustavo Barroso, número dois na hierarquia integralista, não dista consideravelmente de certos teóricos do fascismo genérico em seu livro *O Integralismo e o Mundo*:

Como reação natural ao materialismo e ao internacionalismo dissolvente, em todo o mundo desabrocham e se desenvolvem movimentos baseados em idéas que se inspiram numa mística nacionalista. São movimento de síntese que se contrapõem á análise levada ao extremo em todos os domínios e atividades da vida pelo espírito do século XIX, filho da Reforma, da Enciclopedia e da Revolução Francêsa. Variando em cada país, de acordo com suas verdadeiras realidades, ligam-se na base por princípios comuns. Daí as suas semelhanças (BARROSSO, 1937, p. 13).

E ainda:

A leitura dos seus postulados doutrinários mostrará claramente os pontos de contáto dèsses movimentos no âmbito dos ‘princípios superiores às raças e nacionalidades’ e pontos de divergências em relação às circunstâncias e realidades próprias de cada nação ou povo, indicando, ao mêsmo tempo, a posição do Integralismo Brasileiro no panorama dos nacionalismo modernos (BARROSSO, 1937, p. 15).

Os jornais, em vários níveis, também mostram o grau de consciência que tinham os integralistas do fato de pertencerem a um espectro maior. Em 9 de agosto de 1934, o maior periódico da AIB de circulação nacional exibia um quadro do “fascismo no mundo”:

Países de governo fascista: Italia. Alemanha. Hungria. Austria. Bulgaria. Turquia. Países de governo semi-Fascistas: Portugal. Polonia. Esthonia. Lithuania. Finlândia. Países com organizações Fascistas: Inglaterra – Camisas Pretas de Oswald Mosley. França – Camisas azues – Jeunesses Patriotes do coronel La Roque; Actim Française; Francista do Chefe Henry Coston. Estados Unidos – Camisas Kaki. Camisas Brancas e Camisas Prateadas. Hollanda. Rumania – Guarda de Ferro. Mexico – Camisas Douradas. Peru – Apristas. Chile. China – Camisas amarelas. Hollanda – Camisas Azues de O’Duffy. Hespanha – Nacionaes-Syndicalistas de Dom José Antonio Primo de Rivera. Portugal – Integralistas de Rolão Preto. Bélgica – Nacionaes Corporativistas. Suecia. **Brasil – Integralismo de Plínio** (A OFFENSIVA, 09 ago. 1934, p. 3).

Em âmbito regional, um hebdomadário do movimento no Estado do Paraná, de 1935, asseverava:

Mais do que a França a Inglaterra disputava a honra de ser o ultimo baluarte da democracia liberal. No entanto Sir Oswald Mosley com os seus camisas pretas assustaram os inglêses, com as demonstrações de força nas grandiosas paradas em Hyde Park e collossaes reuniões no Albert Hall. Os francistas em Paris ha poucos dias fizeram uma formidável concentração, sendo atacados pelos communistas. O fascismo está minando todas as massas da América do Norte A universidade de Columbia está sendo, apesar do seu pragmatismo ultra-moderno, invadida pela idéia fascista. A Lousania, nos Estados Unidos é um Estado fascista. (...) *O Brasil não poderia ficar inerte vendo que todos os povos se movem para extirpar o communismo da sociedade* (A RAZÃO, 05 maio. 1935, p. 2).

Considerações finais

Dado o exposto, talvez tenhamos agora condições de emitirmos uma opinião sobre o *locus* conceitual dos camisas-verdes. O que nele, de fato, incomodou por muito tempo os estudos comparativos do fascismo foi a sua massiva adesão no além-mar – em condições dessemelhantes às da Europa – contrariando a regra da fragilidade dos outros movimentos fascistas americanos.

Se restringirmos a possibilidade de fascismo a determinadas condições necessárias da Europa, a AIB se torna apenas um ‘mimetismo que deu certo’ – algo que pode ser concluído a partir das citações de Barroso e dos jornais acima. Contudo, além de uma leitura redutiva, isso não contribui para iluminar certos aspectos do integralismo. Tais aspectos são melhor observáveis se o movimento for encarado como permutação de um fenômeno global, por natureza, irmanado e distinto e, portanto, passível de comparação em inúmeras questões fulcrais, como a ideologia, as formações sociais, a simbologia, a ‘utensilhagem’ afetiva etc. Quer sigamos as teorias de tipo weberiano do fascismo, quer as que defendem a existência de um fascismo genérico ‘lá fora’ (para além das abstrações dos pesquisadores), nos parece conclusivo que o Integralismo se apresenta como um movimento inteligível à luz dos recentes aportes sobre o conceito.

Referências

A OFFENSIVA. Rio de Janeiro, ano I, n. 8, 05 jul. 1934.

A OFFENSIVA. Rio de Janeiro, ano II, n. 85, 28 dez. 1935.

A RAZÃO. Curitiba, ano I, n. 1, 1 maio. 1935.

A RAZÃO. Curitiba, ano I, n. 2, 10 maio. 1935.

A RAZÃO. Curitiba, ano I, n. 3, 17 maio. 1935.

A RAZÃO. Curitiba, ano I, n. 10, 05 jul. 1935.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Totalitarismo e Revolução*. O integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BARROSO, Gustavo. *O integralismo e o mundo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 17-149.

ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FALCON, Francisco J. C. Fascismo – Novas e antigas ideias. In: PARADA, Maurício (org.). *Fascismos: conceitos e experiências*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 11-28.

FELDMAN, Matthew. Editorial Introduction. In: GRIFFIN, Roger. *A Fascist Century: Essays by Roger Griffin*. Londres: Palgrave Macmillan, 2008.

GRIFFIN, Roger. Cruces gamadas y caminos bifurcados: las dinámicas fascistas del Tercer Reich. In: ANTÓN MELLÓN, Joan (coord.): *Orden, Jerarquía y Comunidad*. Fascismos, Dictaduras y Postfascismos en la Europa Contemporánea. Madrid: Tecnos, 2002, p.103-149.

GRIFFIN, Roger. Fascism. In: OUTHWAITE, William. *The Blackwell Dictionary of Modern Social Thought*. Londres: Blackwell Publishers, 2003, p. 231-234.

GRIFFIN, Roger. *Fascism*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. Londres: Pinter Publishers, 1991.

GRIFFIN, Roger. The Primacy of Culture: The Current Growth (or manufacture) of Consensus Within Fascist Studies. *Journal of Contemporary History*, n. 37, p. 21-43, 2002.

GRIFFIN, Roger; FELDMANN, Mathew (Orgs.). *Fascism: Critical Concepts in Political Science*. vol 1. Londres: Routledge, 2004.

LINZ, Juan J. Political Space and Fascism as a Late-comer. In: LARSEN, S. U.; HATGTVET, B.; MYKLEBUST, J. P. *Who were the Fascists*. Social Roots of European Fascism. Bergen: Universitetsforlaget, 1980.

LINZ, Juan J. Some Notes Toward a Comparative Study of Fascism in Sociological Historical Perspective. In: LAQUEUR, Walter. *Fascism: A Reader's Guide*. Berkeley: University of California Press, 1976.

MANN, Michael. *Fascistas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

PAXTON, Robert Owen. *A Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PAYNE, Stanley. *A History of Fascism*. 1914-1945. Madison: The University of Wisconsin Press, 1995.

PINTO, António Costa. De regresso ao fascismo. *Análise Social*, Lisboa, n.179, p. 611-627, 2006.

POSSAS, Lúcia M. Vianna. O Integralismo e a Mulher. In: DOTTA, Renato, et. al. *Integralismo: Novos Estudos e Reinterpretações*. Rio Claro, SP: Arquivo Municipal de Rio Claro, 2004.

REALE, Miguel. *Obras políticas*: 1ª fase – 1931 – 1937. Tomo II. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983a.

REALE, Miguel. *Obras Políticas*: 1ª fase – 1931 – 1937. Tomo III. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983b.

ROQUE, José de Britto. *Imaginação Vencida*: um estudo sobre as fontes do pensamento político de Plínio Salgado (1926-1937). Rio de Janeiro, 2003. 292 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, 2003.

SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, Norberto et. al. *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: UnB, 1998, p. 466-475.

SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. 5ª ed. Edições GRD/Espaço Cultural Plínio Salgado: São Bento de Sapucaí/SP, 1995.

SALGADO, Plínio. Despertemos a Nação. 3ª ed. In: SALGADO, Plínio. *Obras Completas*. Vol. X. São Paulo: Editora das Américas, 1955.

STERNHELL, Zeev. *El nacimiento de la ideología fascista*, Madrid: Siglo XXI, 1994.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo*: o fascismo brasileiro na década de 30. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1979.

TRINDADE, Héglio. *Nazifascismo na América Latina*. Mito e realidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

VASCONCELOS, Gilberto Felisberto. *Ideologia Curupira*: Análise do Discurso Integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979.

